



FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA

**Relatório e Contas
Exercício de 2012**



Relatório do Conselho da Administração

1. APRESENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA: DA SUA CONSTITUIÇÃO ATÉ À SUA ATIVIDADE EM 2012

A Fundação Renal Portuguesa, com sede social na Rua Armando Cortez, nº.1, 2º-B, 2770-233 Paço de Arcos, com o NIF:509 393 799, constituída em 24 de Janeiro de 2005, tem como principal objeto social a construção e gestão de clínicas para o tratamento de doentes renais crónicos através de sistema substitutivo da função renal, vulgo hemodiálise.

Para tal propôs-se construir de raiz e gerir 15 centros para tratamento de doentes renais crónicos, a localizar onde as necessidades sejam mais prementes, em conformidade com a estratégia definida pelo Ministério da Saúde.

Foi elaborado e apresentado processo para estabelecimento de convenção com a Administração Regional de Saúde do Alentejo, e que veio a ser formalizado em 5 de Abril de 2011, estando previsto o início de atividade do centro para Maio do mesmo ano. Posteriormente, em 26 de Abril de 2011, foi estabelecida convenção entre o Ministério da Saúde e outro operador na mesma área de influência, ao contrário de tudo que estava preconizado e acordado com este mesmo Ministério.

Perante tal situação foi necessário, a posteriori, o Ministério regulamentar os meios de funcionamento das duas convenções estabelecidas, definindo o número de doentes que ambas iriam ter ao seu cuidado, sendo atribuída uma quota máxima de 18% para a outra operadora e os restantes 82% a serem atribuídos à Fundação Renal Portuguesa.

Esta decisão do Ministério da Saúde foi alvo de uma providência cautelar por parte do outro operador, que teve como efeito parar a transferência dos doentes renais crónicos, como previa a deliberação do Ministério da Saúde, causando deste modo, elevados prejuízos à Fundação Renal Portuguesa, bem como, atrasando consideravelmente o início da atividade, na sua plenitude.

A Fundação Renal Portuguesa contestou a providência cautelar no Tribunal Administrativo de Beja, bem como na ARS Alentejo, tendo como consequência a limitação da atividade junto dos doentes que tinham manifestado de imediato a sua vontade de se transferirem para o centro de Portalegre da Fundação Renal Portuguesa.

Após conhecimento da decisão do Tribunal Administrativo de Beja, em 4 de Maio de 2011, e posterior recurso apresentado pela Fundação Renal Portuguesa, que atribui a esta a quota de 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre à Fundação Renal Portuguesa, como inicialmente foi determinado pelo Ministério da Saúde e da Entidade Reguladora da Saúde, facilmente se depreende as repercussões que todos estes fatores tiveram na atividade do ano de 2011.

Sendo esta quota, o fator relevante no futuro da Fundação Renal Portuguesa, as repercussões na atividade tiveram os seus efeitos positivos durante no ano de 2012.



A atividade da Fundação Renal Portuguesa ao longo de 2012 centrou-se essencialmente no funcionamento e viabilidade do seu primeiro centro em Portalegre.

A atividade no ano de 2012 do centro de Portalegre conseguiu uma média mensal de cerca de 620 tratamentos de insuficientes renais crónicos, o que trouxe uma forte influência à viabilidade económica e financeira.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

GLOBAL

À semelhança de 2011, em 2012 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados (3,2% em 2012; 3,9% em 2011). As crises das dívidas soberanas dos últimos anos nas economias mais avançadas, que levaram à estagnação do seu crescimento económico são fatores relevantes que influenciam de sobremaneira este status quo, cuja recuperação se afigura lenta e que teve início no já longínquo ano de 2007 nos Estados Unidos da América, com a crise financeira do “subprime”. Não fosse novamente o crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) e o abrandamento da economia mundial teria sido mais acentuado. Surpreendente foi o desempenho económico dos Estados Unidos, com uma taxa de crescimento superior ao esperado (2,3%), suportado, em grande medida, por um ambiente favorável dos mercados financeiros e uma recuperação do mercado imobiliário. Em 2013 é expectável uma ligeira recuperação económica no entanto, os riscos da zona euro e a recessão do Japão podem inviabilizar esta perspetiva.

UNIÃO EUROPEIA

A economia da União Europeia registou em 2012 uma recessão relevante com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 0,5%. A diminuição da procura interna, a queda do investimento, a diminuição da produção industrial, o aumento do desemprego, são indicadores que sustentam a grave crise económica da Europa, com particular incidência na zona euro. Por outro lado, a desconfiança dos mercados sobre a capacidade dos governos europeus e do Banco Central Europeu em resolverem, em definitivo, a crise da dívida soberana também não ajudam a inverter este ciclo negativo. Ainda que numa primeira fase esta crise tenha afetado principalmente países considerados periféricos (Irlanda, Portugal, Grécia e, mais recentemente, o Chipre), é um facto que durante 2012 também chegou a Espanha e Itália, economias com peso significativo na zona euro. Esta instabilidade colocou uma pressão adicional nas instituições europeias no sentido de aprovarem medidas que salvaguardem a integridade do euro, como moeda única.

Deste modo, o Banco Central Europeu tomou medidas consideradas determinantes na recuperação de alguma confiança da zona euro. No início de 2012 efetuou uma segunda operação de cedência de liquidez à banca que, em conjunto com a primeira em dezembro de 2011, atingiu o montante de 1.000 milhões de euros. Posteriormente apresentou um programa de aquisição de títulos de dívida pública em mercado secundário, sem limite máximo. Estas medidas, considerados instrumentos potentes, em conjunto com alguns passos dos governos nacionais que consolidaram o compromisso e coordenação política no sentido de estabilização e fortalecimento da união monetária, tiveram um efeito positivo no final de 2012, no que concerne à redução dos riscos sistémicos da zona euro e à recuperação de alguma confiança dos mercados, tendo contribuído, de forma significativa, para a forte

redução das taxas de juro da dívida pública dos países intervencionados.

PORTUGAL

Em 2012, deu-se continuidade ao cumprimento do programa de ajustamento decorrente do pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. O desempenho da economia portuguesa em 2012 continuou a ser fortemente marcado pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, nomeadamente pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como de condições de financiamento restritivas, no quadro do processo de desalavancagem ordenada e gradual do sector bancário e de persistência de tensões associadas à crise da dívida soberana na área do euro. Em 2012 a queda do PIB em cerca de 3%, confirma um cenário de recessão que não se observava na economia portuguesa desde 1975. Esta evolução resulta de uma queda expressiva e generalizada da procura interna, mitigado pelo assinalável crescimento das exportações ao longo do ano. Em 2012, o consumo privado deverá ter registado uma contração de 5,5%, ao passo que o investimento deverá ter caído cerca de 14 por cento, traduzindo uma redução de todas as componentes, com especial incidência no investimento público e residencial. O consumo público ter-se-á reduzido cerca de 4,5%, pelo segundo ano consecutivo. A retração da procura global, não obstante o significativo aumento das exportações, contribuiu para uma queda das importações de cerca de 7,0%, refletindo a redução expressiva de componentes da procura com elevado conteúdo importado – consumo de bens duradouros e investimento empresarial.

Positiva tem sido a alteração da composição da despesa agregada, traduzindo-se num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9,4 por cento do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012. A atual projeção aponta para a continuação da melhoria da balança de bens e serviços, para a qual se projetam excedentes de 3,1 e 4,1 por cento do PIB em 2013 e 2014, respetivamente.

O deficit das contas públicas nacionais deverá atingir um valor próximo dos 5% do PIB em 2012, não obstante o desvio significativo da receita face aos valores orçamentados (cerca de 880 milhões de euros no caso da Administração Central e Segurança Social). Para isto terá contribuído um recuo da despesa mais acentuado que o inicialmente previsto (em cerca de 1622 milhões de euros), em parte resultante de poupanças adicionais associadas a despesas com remunerações, aquisição de bens e serviços, despesas de investimento e despesa líquida com juros. Ao nível das medidas extraordinárias, mas no lado da receita, a execução orçamental de 2012 beneficiou sobretudo de uma receita não recorrente associada à concessão dos serviços públicos de gestão dos aeroportos à empresa ANA (800 milhões de euros recebidos em 2012, ou perto de 0.5% do PIB).

A taxa de desemprego em Portugal deverá ser de 15,6% em 2012, superior à média registada no conjunto dos 27 países da União Europeia, que se situava em 10,7%. A taxa em Portugal é a terceira mais alta da Europa, logo atrás da Grécia e de Espanha, onde o desemprego supera já os 26% da população ativa.

O grande desafio com que Portugal está confrontado é o de promover o desenvolvimento e crescimento económico num novo quadro institucional. A implementação coerente de reformas e a redefinição do papel do Estado são fundamentais para estimular o investimento, a inovação e o progresso técnico, sem os quais não existirá desenvolvimento





económico. O desafio do desenvolvimento económico passa pela mobilização dos agentes para a necessidade e benefícios de reformas que assegurem níveis de bem-estar compatíveis com a manutenção da coesão social.

3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Demonstração de Resultados

O valor dos proveitos do exercício de 2012, foi no total de 3.016.674,59 € (três milhões e dezasseis mil seiscentos e setenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos).

Resultado da expectativa da Fundação em ser compensada pelo período em que não foi cumprida a determinação de atribuir 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre, conforme o parecer da Entidade Reguladora da Saúde corroborado pelo parecer do Secretário de Estado da Saúde, à Fundação Renal Portuguesa.

Contudo, o valor da prestação de serviços de tratamento de insuficientes renais crónicos, efetivamente realizados foi de 1.265.757,00 € (um milhão e duzentos e sessenta e cinco mil setecentos e cinquenta e sete euros).

Esta medida configura a forte convicção no direito da Fundação Renal Portuguesa em vir a ser ressarcida dos custos incorridos à preparação e investimento que o centro de Portalegre realizou para poder receber os insuficientes renais crónicos que estavam previstos pela deliberação da Entidade Reguladora da Saúde, e não pelos que efetivamente recebeu para tratamento.

Assim, é elementar concluir que o Resultado Líquido do Exercício positivo obtido está largamente inflacionado em relação a atividade real do centro de Portalegre da Fundação Renal Portuguesa em 2012 porque assenta na premissa de proveitos esperados, legitimados pelos pareceres das entidades que gerem o sector, mas que pelas situações atrás relatadas não foram cumpridos.

O valor dos custos do exercício de 2012, foi no total de 1.282.537,05 € (um milhão e duzentos e oitenta e dois mil quinhentos e trinta e sete euros e cinco cêntimos), estão em linha com os valores médios do sector.

Os custos reais com a construção do edifício onde o centro de Portalegre se encontra instalado estão contabilizados em Imobilizado corpóreo e incorpóreo por contrapartida de "Outros Empréstimos Obtidos".

Da mesma forma, os custos relativos ao equipamento para tratamento dos insuficientes renais crónicos instalados, sejam os que compõem as salas de diálise, sejam os dos consultórios, e todo o restante material que está em uso no centro de Portalegre, tiveram igual tratamento contabilístico.

No que se refere à evolução dos efetivos, em 2012, a Fundação teve em média 12 postos de trabalho ativos e 31 prestadores de serviços.



A conjugação destes fatores, com a faturação inflacionada, invalida a determinação clara dos resultados de exploração. Deste modo torna-se difícil apurar, de forma consistente, o Resultado Líquido do Exercício porque, embora se apresentem positivos, no valor de 1.707.328,53 € (um milhão setecentos e sete mil cento e trezentos e vinte e oito euros e cinquenta e três cêntimos), estima-se que sejam francamente negativos.

Balanço

Nas contas de balanço merece destaque o fundo social que acolhe as verbas atribuídas a título de donativos, 60 000,00 € e 12 500,00 €, bem como os terrenos adquiridos para a construção do centro de Portalegre, ainda sem consideração do valor relativo à construção do edifício, sendo o valor contabilístico de 427.854,63 €, o correspondente ao valor da avaliação para efeitos de IMI realizada pela Autoridade Tributária.

De salientar também, o valor elevado na rubrica de “Clientes”, na importância de 3.422.550,74 €, que inclui um saldo de abertura no valor de 1.658.060,20 €, pelo facto das importâncias faturados serem referentes ao que seria expectável caso tivesse sido cumprida a deliberação do Ministério da Saúde e da Entidade Reguladora da Saúde de atribuição de 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre à Fundação Renal Portuguesa.

Deixámos notas de destaque para os valores existentes em “Depósitos Bancários” e “Outros Devedores e Credores” cujos valores não foram passíveis de total controlo e verificação da sua veracidade pela reduzida informação disponibilizada referente ao ano de 2011 pelo anterior Técnico Oficial de Contas, com quem existe um contencioso a decorrer em Tribunal.

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para a atividade da Fundação.

4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

A Fundação Renal Portuguesa tem regularizadas todas as suas obrigações para com a Administração Fiscal, Centro Regional de Segurança Social e todas as outras entidades públicas.

5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e ou, divulgação nas contas do exercício.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e colaboradores a cooperação e a confiança que revelaram ao longo deste exercício.



7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando os resultados atingidos, a necessidade de avançar com novos investimentos e a manutenção da solidez financeira, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos fiquem retidos na Fundação. Desta forma propões a aplicação do Resultado Líquido positivo de 1 350 402,10 para Resultados Transitados.

A Administração

João M. Guedes
João Manuel Guedes

João Augusto de Roche C. de

João Augusto de Roche C. de
João Augusto de Roche C. de



Balanço em 31 de Dezembro de 2012

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2012	31-12-2011
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 305 559,27	428 434,91
Ativos Intangíveis	5	71 055,40	-
Subtotal		1 376 614,67	428 434,91
Ativo corrente			
Inventários	6	8 238,79	22 901,08
Clientes	7	3 422 550,64	1 658 060,20
Adiantamento a fornecedores	8	326 916,44	51 612,73
Outras contas a receber	8	52 748,74	17 831,09
Diferimentos	9	7 368,05	7 368,05
Caixa e depósitos bancários	10	259 810,63	63 716,91
Subtotal		4 077 633,29	1 821 490,06
Total do Ativo		5 454 247,96	2 249 924,97
FUNDOS PATROMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	11		
Fundos		500 354,63	500 354,63
Resultados transitados		1 421 251,26	70 849,16
Resultado Líquido do período		1 707 328,53	1 350 402,10
Total do fundo do capital		3 628 934,42	1 921 605,89
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12	400 546,08	85 092,36
Estado e outros Entes Públicos	13	9 174,94	20 522,88
Financiamentos obtidos	15	989 357,55	-
Outras contas a pagar	14	426 234,97	222 703,84
Subtotal		1 825 313,54	328 319,08
Total do passivo		1 825 313,54	328 319,08
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 454 247,96	2 249 924,97



Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2012

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	16	3 016 674,59	1 658 060,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(627 873,31)	(51 108,70)
Fornecimentos e serviços externos	17	(521 337,28)	(171 568,21)
Gastos com o pessoal	18	(121 624,95)	(84 748,27)
Outros rendimentos e ganhos	19	4 246,39	-
Outros gastos e perdas	20	(36 424,65)	(201,27)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 713 660,79	1 350 433,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(4 521,03)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 709 139,76	1 350 433,75
Juros e gastos similares suportados	21	(1 811,23)	(31,65)
Resultados antes de impostos		1 707 328,53	1 350 402,10
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		1 707 328,53	1 350 402,10



Demonstração de Alterações dos Fundos Próprios em 31 de Dezembro de 2012

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores			Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	500 354,63	70 849,24	1 350 402,10	1 921 605,89
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Aplicação de resultados do exercício	7	-	1 350 402,10	(1 350 402,10)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			1 707 328,53	1 707 328,53
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8			1 707 328,53	1 707 328,53
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2012	6+7+8+10	500 354,63	1 421 251,34	1 707 328,53	3 628 934,42

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores			Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	500 354,63	(23 350,19)	94 199,35	571 203,79
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Aplicação de resultados do exercício	2	-	94 199,43	(94 199,35)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			1 350 402,10	1 350 402,10
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3			1 350 402,10	1 350 402,10
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2011	6=1+2+3+4	500 354,63	70 849,24	1 350 402,10	1 921 605,89



Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2012

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2012	2011
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 252 184,15	-
Pagamento a fornecedores		(802 754,18)	(55 592,19)
Pagamentos ao pessoal		(121 624,95)	(84 748,27)
Caixa gerada pelas operações		327 805,02	(140 340,46)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		(166 556,83)	180 525,99
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		161 248,19	40 185,53
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(881 645,39)	-
Ativos intangíveis		(71 055,40)	(723,44)
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(952 700,79)	723,44
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		989 357,55	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(1 811,23)	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		987 546,32	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		196 093,72	40 908,97
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	63 716,91	104 625,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	259 810,63	63 716,91



[Handwritten signatures and initials]

Anexo às Demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2012

1. Identificação da Entidade

A Fundação Renal Portuguesa é uma Fundação sem fins lucrativos reconhecida pela Direção Geral da Segurança Social como uma instituição particular de segurança social em 10 de Maio de 2010, com sede na Rua Armando Cortez, n.º.1, 2.º-B, 2770-233 Paço de Arcos, com o NIF: 509 393 799. Tem como principal objeto social a construção e gestão de clínicas para o tratamento de doentes renais crónicos através de sistema substitutivo da função renal, vulgarmente hemodiálise.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".



[Handwritten signatures and initials]

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.



As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Sem depreciação
Edifícios e outras construções	5 a 25 anos
Equipamento básico	6 a 12 anos
Equipamento administrativo	6 a 12 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 a 12 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.



[Handwritten signatures and initials]

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



[Handwritten signatures and initials]

31 de Dezembro de 2012					
	Saldo em 01-Jan-2012	Aquisições / Dotações	Reg.	Transferências	Saldo em 31-Dez-2012
Custo					
Terrenos e recursos naturais	428.434,91				428.434,91
Edifícios e outras construções	-	85.332,30	-	-	85.332,30
Equipamento básico		440.032,76	-	-	440.032,76
Ferramentas e Utensílios		186.277,54	-	-	186.277,54
Equipamento administrativo	573,54	166.824,27	-	(1.638,80)	165.759,01
Outros Ativos fixos tangíveis		4.967,22	-	-	4.967,22
Total	429.008,45	883.434,09	-	(1.638,80)	1.310.803,74
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções		373,50		-	373,50
Equipamento básico		800,58		-	800,58
Ferramentas e Utensílios		304,18		-	304,18
Equipamento administrativo	723,44	2.610,05		-	3.333,49
Outros Ativos fixos tangíveis		432,72		-	432,72
Total	723,44	4.521,03	-	-	5.244,47
Valor Líquido	428.285,01				1.305.559,27

5. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada dos ativos intangíveis no início e no fim do de 2012, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2012						
	Saldo em 01-Jan-2012	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2012
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Despesas de Instalação	-	71.055,40	-	-	-	71.055,40
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	71.055,40	-	-	-	71.055,40

6. Inventários

A rubrica “Inventários” tinha, em 31 de Dezembro de 2012, a seguinte decomposição:

Descrição	Inventário em 31-Dez-2011	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2012
Mercadorias	22.901,08	728.261,26	(47.304,35)	8.238,79
Total	22.901,08	728.261,26	(47.304,35)	8.238,79
Custo das mercadorias vendidas e das matérias	51.108,70			627.873,31
Variações nos inventários da produção	-			-

7. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2012 e 2011 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Clientes e Utentes c/c	3.422.550,64	1.658.060,20
Clientes	3.422.550,64	1.658.060,20
Utentes	-	-
Total	3.422.550,64	1.658.060,20

Relativamente a este saldo, importa esclarecer que o montante de 3,4 milhões de euros de dívidas de clientes a 31 de Dezembro de 2012, são relativos aos valores faturados à Unidade Local de Saúde do Alto Alentejo, resultantes da expectativa da Fundação em ser compensada pelo período em que não foi cumprida a determinação de atribuir 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre, conforme o parecer da Entidade Reguladora da Saúde corroborado pelo parecer do Secretário de Estado da Saúde, à Fundação Renal Portuguesa.

8. Outras contas a receber e Adiantamentos de Fornecedores

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a seguinte decomposição:

Descrição	2012	2011
Adiantamentos a Fornecedores	326 916,44	51 612,73
Sub - total	326 916,44	51 612,73
Saldos Devedores de fornecedores	7 535,80	-
Devedores diversos	45 212,94	17 831,09
Sub - total	52 748,74	17 831,09

O saldo de adiantamentos de fornecedores é composto pelos seguintes saldos:

- Renovus: 50 000€
- Nipro Europe: 243 916€
- Aplicaciones Tecnologicas Sanitarias, SL: 33 000€

Relativamente ao saldo de devedores diversos, importa salientar os seguintes saldos:

- Município de Portalegre: 18 411€
- Nicolás Marigliano Cozzolino 17 230€

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:



Descrição	2012	2011
Gastos a reconhecer		
Seguros		
Outros	7.368,05	7.368,05
Total	7.368,05	7.368,05

10. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2012	2011
Caixa	43,80	66,89
Depósitos à ordem	259.766,83	63.650,02
Total	259.810,63	63.716,91

11. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2012	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2012
Fundos	500.354,63		-	500.354,63
Resultados transitados	70.849,16	1.350.402,10	-	1.421.251,26
Outras variações nos fundos patrimoniais		-		-
Total	571.203,79	1.350.402,10	-	1.921.605,89

As variações registadas na rubrica de Fundos Patrimoniais são relativas à aplicação do resultado líquido de 2012 para resultados transitados.

12. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Fornecedores c/c	400.546,08	85.092,36
Total	400.546,08	85.092,36

13. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2012
Ativo	
Pagamento Especial por conta	
Total	-
Passivo	
Retenções de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	
Retenções de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4.788,85
Segurança Social	4.386,09
Total	9.174,94

14. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
	Corrente	Corrente
Pessoal		
Remunerações a pagar	0,00	60 942,79
Credores por acréscimos de gastos		
Outros credores	426 234,97	161 761,05
Total	426 234,97	222 703,84

15. Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2012			2011		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Empréstimos	989 357,55	-	989 357,55	-	-	-
Total	989 357,55	-	989 357,55	-	-	-

16. Rédito

Para os períodos de 2012 e 2011 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2012	2011
Prestação de Serviços	3.016.674,59	1.658.060,20
Total	3.016.674,59	1.658.060,20

A entidade reguladora da Saúde definiu uma quota de 18% para a outra operadora e os restantes 82% dos pacientes hemodialisados a serem atribuídos à Fundação Renal Portuguesa.

Esta decisão do Ministério da Saúde foi alvo de uma providência cautelar por parte do outro operador, que teve como efeito parar a transferência dos doentes renais crónicos, como previa a deliberação do Ministério da Saúde, causando deste modo, elevados prejuízos à Fundação Renal Portuguesa, bem como, atrasando consideravelmente o início da atividade, na sua plenitude.

Em 2012 o valor da prestação de serviços de tratamento de insuficientes renais crónicos, efetivamente realizados foi de 1.265.757 €. O restante valor é relativo ao montante que a instituição espera receber, para fazer face aos custos incorridos na preparação e investimento que o centro de Portalegre realizou para poder receber os insuficientes renais crónicos que estavam previstos pela deliberação da Entidade Reguladora da Saúde.

17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, foi a seguinte:

Descrição	2012	2011
Honorários	252 993,54	133 903,45
Deslocações e estadas	53 735,21	1 507,79
Outros	43 044,73	465,28
Alimentação Utentes	36 536,19	1 326,80
Trabalhos especializados	24 847,52	3 335,95
Artigos para oferta	17 971,80	70,84
Electricidade	17 806,29	4 945,54
Água	14 192,41	3 335,96
Contencioso e notariado	13 815,44	275,40
Limpeza, higiene e conforto	9 318,47	5 705,75
Despesas de representação	8 388,72	2 650,46
Conservação e reparação	8 262,86	824,79
Comunicação	5 904,63	10 752,94
Material de escritório	5 735,24	837,22
Seguros	2 860,37	-
Publicidade e propaganda	2 062,05	-
Vigilância e segurança	1 921,47	1 134,72
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	564,03	217,34
Outros	552,38	-
Livros e documentação técnica	484,84	14,76
Rendas e alugueres	339,09	263,22
Total	521 337,28	137 203,32

18. Gastos com Pessoal

Os membros do Conselho de Administração não usufruem de remunerações.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2012	2011
Remunerações ao Pessoal	104 088,52	72 425,23
Indemnizações	1 455,00	-
Encargos sobre as Remunerações	13 689,20	10 980,70
Seguros de AT	1 273,07	998,47
Gastos de Acção Social	45,00	-
Outros Gastos com o Pessoal	1 074,16	343,87
Total	121 624,95	84 748,27

19. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Descontos de pronto pagamento obtidos	246,39	-
Outros rendimentos e ganhos	4 000,00	-
Total	4 246,39	-

20. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Impostos	4 577,65	201,27
Dividas incobráveis	29 000,00	-
Outros Gastos e Perdas	2 847,00	-
Total	36 424,65	201,27

21. Resultados Financeiros

No período de 2012 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:



Descrição	2012	2011
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	18,23	31,65
Outros Custos Financeiros	1 793,00	-
Total	1 811,23	31,65
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	-	-
Resultados financeiros	(1 811,23)	(31,65)

22. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pela Direção em 20 de Maio de 2014.

23. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

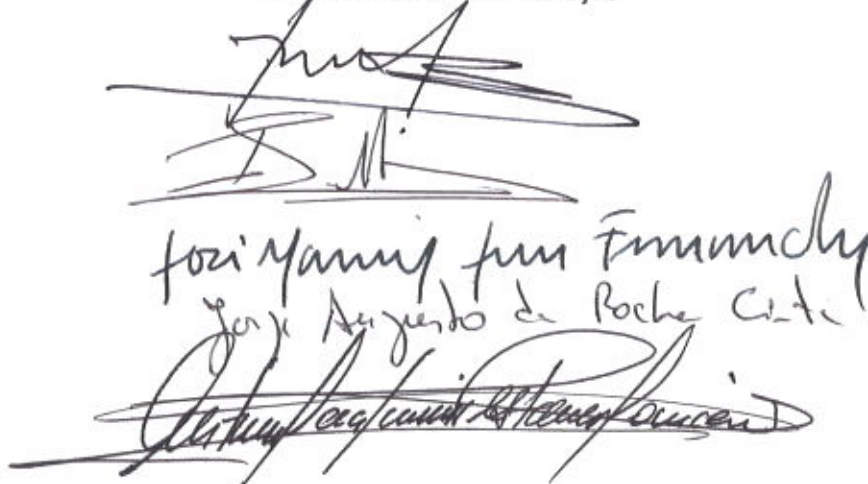
A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Paço de Arcos, 20 de Maio de 2014

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



fori Yanning fun Emmanuel
Jorge Augusto de Rocha Costa
[Signature]